

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE  
FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS**

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas catorze horas e trinta minutos, realizou-se no Salão dos Paços do Município de Fornos de Algodres, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

**1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

**2 – ORDEM DO DIA -----**

- a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro; -----
- b) Apreciação e Votação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação; -----
- c) Apreciação e Votação da Proposta do Presidente da Câmara Municipal para a Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia do concelho de Fornos de Algodres; -----
- d) Declaração de Compromissos Plurianuais e Pagamentos em Atraso para conhecimento; -----
- e) Listagem das Subvenções Públicas existentes a 31 de dezembro de 2022 para conhecimento; -----
- f) Apreciação e Votação da Proposta de Nomeação de Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, S.A. como Auditor Externo do Município de Fornos de Algodres, de acordo com o N.º 1 do artigo N.º 77 da Lei N.º 73/2013 de 3 de setembro. -----
- g) Apreciação e votação da Proposta da Norma de Controlo Interno do Município de Fornos de Algodres; -----
- h) Proposta de Adesão da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres à ANAM (Associação Nacional de Assembleias Municipais); -----
- i) Eleição de um cidadão eleitor para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Fornos de Algodres; -----
- j) Apresentação do Relatório da Avaliação das Atividades de 2022 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Fornos de Algodres, para conhecimento; -----
- k) Proposta de Alteração ao Regulamento de Taxas do Município de Fornos de Algodres; -----
- l) Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal para a Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior. -----

**3 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

Aberta a Sessão, a Sra. Presidente da Assembleia cumprimentou os presentes. -----

Procedeu-se de imediato à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado as seguintes presenças:

Raquel da Conceição Sequeira Batista, Marcos André Lopes Paulo, Luís Miguel Ginja da Fonseca, António José Elvas da Rocha, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado, Teresa Maria de Almeida Rodrigues Pinto, Cristina Maria Baltazar dos Santos, Nélcio Alexandre Ferreira Sequeira, Andreia Paula Sanches Ventura, Gonçalo Emanuel Paraíso Bento, Ana Catarina Freitas Gomes, Marco Paulo Ferreira dos Santos, Francisco Miguel Gomes Inácio, Cláudia Filipa Coelho Farias, Ana Catarina Albuquerque Tomás, Delfim Pereira Rodrigues, Jorge Manuel Almeida

Domingues, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, Bruno Filipe Ventura Costa, Daniel Alexandre Sousa Andrade, Luís Filipe Rodrigues Reis, Maria João Castanheira Albuquerque, Leandro Manuel Pinto Abade, Vítor Hugo Cardoso Dias, Rui Manuel Andrade Gomes, Augusto António Morais de Carvalho e António Pires Fonseca. -----

## 1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

A Senhora Presidente da Assembleia referiu que iria colocar à votação a ata do dia dezanove de dezembro de dois mil e vinte e dois. Assim sendo, questionou os membros da assembleia sobre a existência de alguma proposta de alteração à ata. Não havendo propostas, foi a mesma aprovada por maioria com três abstenções, nos termos do N.º 3 do artigo 34.º do anexo do Decreto-Lei N.º 4/2015 de 7 de janeiro. -----

O membro da assembleia Luís Ginja interveio para defender o bom nome dos fornenses e das instituições de Fornos de Algodres, reportando-se a uma questão que tem vindo a ser veiculada desde janeiro de 2022, por dois senhores que se acham no direito de dizer o que querem e quando querem, em representação de um órgão de comunicação social, designadamente a Rádio Imagem, sublinhando que é do conhecimento geral que a Direção do referido órgão pertence a uma Instituição do concelho, contudo, desconhece os membros que dela fazem parte, porque não é público. Prosseguiu, salientando que os fornenses são pessoas de bem e, nessa medida, afirmou não admitir que pessoas vindas sabe-se lá de onde e sem qualquer tipo de ligação a esta terra, venham denegrir o povo que o viu crescer. Como pessoa e como dirigente de uma Instituição que é atacada repetidamente, viu-se na obrigação de manifestar o seu desagrado e a sua revolta. Os políticos e a Autarquia não têm poder de controlo sobre os órgãos judiciais e os órgãos de polícia, todavia, surpreende-o o facto de não haver qualquer tipo de posicionamento por parte da Instituição detentora da rádio relativamente a este ataque tão feroz, dirigido não só às instituições, mas também ao povo fornense apelidado de cobardolas e amordaçados. A concluir afirmou não se poder alongar muito mais na medida em que teve de agir judicialmente não só como provedor da Santa Casa da Misericórdia mas também como Luís Miguel Ginja da Fonseca, deixando um alerta a todos os que têm responsabilidades políticas e públicas no concelho e a todos os órgãos eleitos de cada instituição nomeadamente Associação dos Bombeiros Voluntários, Associação Desportiva, Santa Casa da Misericórdia, entre outras, para que se manifestem, porque Fornos somos todos nós. -----

Seguiu-se o membro da assembleia Marco Santos que, após cumprimentar os presentes, colocou algumas questões, nomeadamente qual o ponto de situação das obras na Zona Industrial de Juncais, saber se, de facto, houve lugar a uma ação judicial na qual a Câmara Municipal foi condenada e se esse valor já foi pago ou se o Município recorreu; pretendeu saber, ainda, qual o destino daquele espaço e se há alguma estratégia, mediante os factos apontados. -----

Interveio o membro da assembleia e Presidente da Junta de Freguesia de Fornos de Algodres, Bruno Costa que, após cumprimentar os presentes, manifestou o seu agradecimento a toda a organização do Circuito Municipal de Trail, tanto na etapa realizada este ano na freguesia de Fornos, como nas etapas realizadas no ano transato, considerando ser um evento de vital importância para a promoção do concelho. Prosseguiu, informando que no

ano passado recebemos a visita de cerca de três mil pessoas e, ao longo do ano, foram praticadas variadas atividades físicas. Relativamente à Associação Desportiva de Fornos de Algodres referiu terem alcançado a marca de cento e dois atletas até aos quinze anos, numa associação maioritariamente constituída por jovens. --- Usou da palavra o membro da assembleia e primeira secretária Teresa Pinto, salientando a importância da assinatura de protocolos como o recentemente celebrado entre a Câmara Municipal e a Cruz Vermelha Portuguesa, no âmbito do Programa Teleassistência, para a atribuição de mais quinze dispositivos a distribuir aos idosos do concelho, considerando ser uma mais-valia na área da ação social. -----

Interveio o membro da assembleia e Presidente de Junta de Freguesia da Muxagata, Leandro Abade, para elogiar as comemorações realizadas no âmbito do Dia Internacional da Educação, deixando uma palavra de apreço a alunos, professores e a todos os que contribuem diariamente para uma educação de qualidade. -----

Seguiu-se o membro da assembleia Marcos Paulo, começando por cumprimentar os presentes e referindo que já não é a primeira vez que manifesta a sua preocupação relativamente ao facto de a sessão da assembleia ser marcada para o último dia do mês, independentemente de estarem a meio de uma semana de trabalho, não obstante compreender a necessidade de tempo para preparar a documentação, contudo, considera que a assembleia deveria ter uma agenda própria. De dizer que nem todos os elementos da assembleia têm dependências políticas ou públicas, muitos trabalham por conta de outrem e, para além disso, como líder de bancada, muitas vezes se depara com a dificuldade em substituir aqueles que não podem comparecer por indisponibilidade. Prosseguiu, deixando uma sugestão já apresentada em sessões anteriores, designadamente a realização das sessões da assembleia municipal em horário pós-laboral, já que, a seu ver, traria vantagens não só para os eleitos que assumiram os seus compromissos para com os cidadãos e querem dar o seu melhor enquanto deputados municipais, mas também para facilitar a participação da população em geral na política local. A terminar reiterou o pedido de estudarem a possibilidade de descentralizar algumas sessões da assembleia, de modo a levar a política local ao povo e incrementar o seu envolvimento e a sua participação. -----

Usou da palavra o membro da assembleia Gonçalo Bento para referir que, como representante da assembleia na Comunidade Intermunicipal, solicitou que fossem remetidos os documentos respeitantes ao referido organismo aos membros da assembleia, todavia, verificou que essa documentação não foi enviada. -----

Relativamente ao grupo de trabalho no âmbito da delegação de competências e, relativamente a uma intervenção do Senhor Presidente quando disse que, para responder às suas questões teria de ser via grupo e não individualmente, referiu que a representante do grupo fez esse pedido junto do Executivo, no entanto, ainda não obtiveram uma resposta. -----

Solicitou o uso da palavra o membro da assembleia Catarina Tomás que, após cumprimentar os presentes, referiu ter verificado algumas falhas no processo de recolha do lixo, na medida em que o camião não é dimensionado proporcionalmente para passar em determinados locais e, assim sendo, pretendeu saber se há possibilidade em reparar os camiões do Município, quanto tempo demora o contrato de aluguer do camião que faz atualmente a recolha e, por último, caso não seja possível proceder a essa reparação, se não seria mais vantajoso comprar um

veículo e pagar a prestações. A concluir a intervenção quis saber em que ponto está a situação das estradas que ligam as freguesias ao concelho e a outros municípios. -----

O Senhor Presidente começou por parabenizar a técnica superior do Município responsável pela elaboração das atas da Assembleia Municipal, Cristina Flor, na medida em que todas são aprovadas por unanimidade e, quando não o são, deve-se ao facto de esses membros não terem estado presentes, o mesmo não acontecendo com as atas das reuniões de câmara, contudo, deixou o seu agradecimento pelo trabalho que tem sido feito. -----

Em relação à intervenção do membro da assembleia Luís Ginja, o Senhor Presidente afirmou que, de alguma forma, também se sentiu atacado pelas ofensivas da Rádio Imagem à população e instituições de Fornos de Algodres, que puseram em causa entidades como o Tribunal e a GNR, acrescentando que terá de haver por parte da Bancada do PSD, uma intervenção no sentido de dizerem se concordam ou não com esta situação, até porque, apesar das divergências entre partidos e pontos de vista diferentes, estão ali em prol dos interesses do concelho. Mais disse que, como Presidente de Câmara, agirá em conformidade relativamente ao que se tem dito na referida rádio, relativamente às pessoas que compõem esse órgão de comunicação social, e, também, relativamente ao responsável pela rádio, o Senhor Pedro Bidarra, uma vez que lhe cabe a orientação e supervisão das emissões. Em relação às questões colocadas pelo membro Marco Santos, nomeadamente no que respeita à Zona Industrial de Juncais, o Senhor Presidente esclareceu que os concorrentes desistiram do concurso, mas o procedimento foi retomado, de modo que a obra possa ser iniciada rapidamente. Houve, de facto, um processo judicial, pelo qual a Câmara Municipal foi condenada, mas apresentaram recurso relativamente a uma das partes da decisão, estando a aguardar decisão. -----

Em relação à intervenção do membro Bruno Costa e, contrariamente ao que às vezes é veiculado, estão de parabéns todas as instituições de Fornos de Algodres, nomeadamente a Associação de Bombeiros Voluntários, a Associação Desportiva e todas as que trabalham em prol do concelho. No que toca ao Circuito Municipal de Trail afirmou ser uma iniciativa importante, uma vez que, para além do carácter desportivo, contribui para um incremento da economia durante o período de realização da atividade, que atrai muita gente ao concelho, tal como já foi referido, à semelhança do que aconteceu com o Fornos de Algodres Youth Cup. -----

No que concerne à questão do Programa de Teleassistência o Senhor Presidente assinalou que o Município de Fornos de Algodres foi pioneiro e, para além do trabalho já desenvolvido, foi celebrado com a Cruz Vermelha Portuguesa, um protocolo de cooperação para prestação e reforço deste serviço a mais quinze utentes do concelho que se encontrem em situação de isolamento. -----

Relativamente ao Dia Internacional da Educação o Senhor Presidente referiu que foi uma iniciativa conjunta do Agrupamento de Escolas e Associação Desportiva e que este tipo de iniciativas contribuem para valorizar as instituições do concelho. -----

No que respeita às sugestões apresentadas pelo membro Marcos Paulo relativamente ao funcionamento da assembleia, é uma questão que diz respeito à Senhora Presidente da Assembleia Municipal e terá de ser ela a pronunciar-se, no entanto, a Câmara Municipal cumpre o que está estipulado na lei em termos do cumprimento dos prazos. -----

Em relação à intervenção do membro Gonçalo Bento, o Senhor Presidente exprimiu a opinião de que, efetivamente, o Plano de Atividades e o Orçamento da Comunidade Intermunicipal devem ser facultados aos membros da assembleia para conhecimento. Relativamente à questão do grupo de trabalho sobre a transferência de competências, o Senhor Presidente negou ter dito que apenas respondia via grupo, contudo, afirmou que, havendo um grupo institucionalmente constituído, todos os elementos acerca deste processo seriam facultados ao grupo. -----

No concerente às questões colocadas pelo membro da assembleia Catarina Tomás, o Senhor Presidente fez saber que o processo de recolha de lixo está em aperfeiçoamento, apesar de se verificarem, ainda, algumas deficiências no trajeto. Mais disse que estavam a ponderar a reparação dos veículos com peças em segunda mão, no entanto, o valor ainda é muito elevado. Fez saber, também, que a Câmara Municipal está impossibilitada de proceder a compras através do recurso a empréstimos, dado encontrar-se em processo de reequilíbrio financeiro. Sublinhou que anteriormente a recolha do lixo era feita com dois camiões e seis pessoas e atualmente o mesmo serviço é feito com um camião e três pessoas, querendo com isto dizer que estão a otimizar o processo e a corrigir as ineficiências existentes. -----

Quanto à questão das estradas referiu que o concurso para a recuperação da estrada Queiriz/Carapito foi aberto, havendo apenas um concorrente, contudo, os trabalhos ainda não foram iniciados porque, segundo o empresário, não é aconselhável aplicar o betuminoso com temperaturas tão baixas. Para além disso, face à situação financeira do Município, terão de intervencionar as situações consideradas prioritárias. -----

Solicitou a palavra o membro Marco Santos para retomar o tema da Zona Industrial de Juncais, concretamente o Estudo de Impacto Ambiental, no sentido de saber se já há uma resposta. Ainda no que concerne à recolha do lixo, questionou se não haveria possibilidade de celebrar um contrato com uma empresa externa que fizesse esse serviço, caso fosse mais vantajoso para o Município, na medida em que estão a pagar o aluguer do camião e, considerando que desconhecem quanto tempo demorará esta situação, tendo em conta a dificuldade em arranjar peças para a reparação. Quanto à questão das estradas abordada pelo membro Catarina Tomás, o Senhor Presidente acabou por dar a resposta no final, todavia, o orçamento pode não ser o mesmo para a realização do trabalho. -----

Em resposta às questões colocadas, o Senhor Presidente referiu que celebrar esse tipo de contrato acarretaria custos superiores ao Município. Mais disse, que estão a equacionar qual a melhor solução para resolver esta situação, apesar de muito se ter feito em termos de recolha de lixo, uma vez que, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, o Município de Fornos de Algodres foi pioneiro na recolha de lixo biológico. Para além disso, tem sido feito um excelente trabalho na área ambiental, nomeadamente através de ações pedagógicas de incentivo ao uso de ecopontos. Relativamente ao Estudo de Impacto Ambiental afirmou ainda não estar concluído, devido, sobretudo, à questão do saneamento, uma vez que a opção seria que o mesmo servisse a freguesia de Juncais. Solicitou a palavra o membro da assembleia Rui Furtado para partilhar uma sugestão que poderá dar resposta à questão da recolha de lixo, ou seja, há contratos de ALD (Aluguer de Longa Duração), que pressupõem que o adquirente subscreva um aluguer financeiro a longo prazo, com preferência na aquisição da viatura, findo o

contrato, caso assim se pretenda, acrescentando que existem muitas empresas com dificuldades financeiras a adotar esta estratégia, podendo, no final, negociar a aquisição da viatura. -----

O Senhor Presidente agradeceu a sugestão apresentada, todavia, a Câmara Municipal está impossibilitada de subscrever qualquer tipo de contrato de aluguer por se encontrar no Plano de Apoio Municipal. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal registou a preocupação da Bancada do PSD relativamente ao agendamento das sessões da Assembleia, acrescentando que irão ter em consideração a questão do último dia do mês; no que concerne à sugestão do horário pós-laboral, recordou que, aquando da votação da alteração do Regimento da Assembleia, foi de comum acordo adotar o horário em questão e, assim sendo, esse horário manter-se-á. -----

O membro da assembleia Marcos Paulo solicitou a sua intervenção por respeito ao líder da Bancada do PS e em resposta ao desafio do Senhor Presidente à Bancada do PSD, para afirmar que, enquanto líder do partido concelhio, não se revê neste tipo de atuação nem no uso excessivo dos meios de comunicação social, acrescentando que está disponível para, em conjunto, fazerem um pedido de esclarecimento, designadamente à entidade que tutela a Rádio Imagem, todavia, não se sente com o à-vontade de personalizar, à semelhança do que fez o Senhor Presidente da Câmara. Relativamente à questão judicial afirmou ser talvez o único meio para resolver esta questão. A concluir sublinhou que estão solidários com as instituições e com todos os lesados. -----

## 2 - ORDEM DO DIA -----

a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata. -----

O Sr. Presidente da Câmara solicitou autorização para se dispensar de ler a informação escrita, na medida em que foi enviada oportunamente a todos os membros, tendo obtido a unanimidade dos presentes. -----

Interveio o membro da assembleia Marco Santos expressando a opinião de que estão perante um documento muito extenso, um copy-paste do anterior e carecido de estratégia. Do referido documento destacou os temas da Proteção Civil e do Gabinete Técnico Florestal, referindo que foi plasmado o que se faz no dia-a-dia, não havendo uma estratégia definida para o mandato relativamente a estas áreas, uma vez que estamos numa era em que a Proteção Civil deve estar enraizada nos Municípios, em sintonia com as Juntas de Freguesia, porque as desgraças vêm sem aviso. Assim sendo, pretendeu saber como está estipulado esse serviço, como é composto o respetivo quadro de pessoal e se conseguem dar seguimento ao que a Lei determina, dada a elevada responsabilidade atribuída às Juntas de Freguesia através da delegação de competências. Mais disse que se tiverem um serviço de recolha de lixo devidamente implementado, terão de educar a população nesse sentido. Relativamente ao Programa de Teleassistência assumiu que, de facto, é uma boa medida, todavia, tem de ser acompanhado pela Proteção Civil, através de visitas regulares. Cabe, também, à Proteção Civil, a sensibilização e orientação junto da comunidade escolar e restante população, para situações de risco ou emergência. -----

No que respeita ao Gabinete Técnico Florestal referiu que tem uma Engenheira Florestal que vai ver os jardins e isso não é trabalho para um gabinete, na medida em que se dispõem de mão-de-obra, tem de ser utilizada para a essência do trabalho para o qual estão vocacionados. -----

Seguiu-se o membro da assembleia Nélío Sequeira começando por parabenizar o Município pelo apoio aos apicultores, na medida em que é já uma atividade proeminente no concelho, que conta com vinte e um produtores. A concluir a intervenção solicitou mais esclarecimentos acerca do projeto COMPROVE.PT (Bairros Digitais) e quais os timings em que vai funcionar. -----

Usou da palavra o membro da assembleia Gonçalo Bento referindo-se aos investimentos dos Fundos Europeus Estruturais a que o Município se candidatou, acrescentando que dois estão ainda em fase de desenvolvimento, nomeadamente o Mercado Municipal e a Escola EB1 de Figueiró da Granja e, assim sendo, questionou qual o ponto de situação destas obras, se sofreram derrapagens, em caso afirmativo quais os custos associados e qual a data prevista de conclusão. Prosseguiu, referindo que estando o Município em fim de Quadro Comunitário e verificando que para a Zona Centro do País está estipulada a verba de um milhão por dia para gastar até ao final do ano, pretendeu saber que oportunidade irá o Município de Fornos de Algodres aproveitar no âmbito do atual Quadro Comunitário e do Portugal 2020. -----

Usou da palavra o membro da assembleia Luís Ginja começando por sublinhar que sendo a Palavra do Presidente tão extensa, é sinónimo de muito trabalho. Do referido documento, salientou o facto de a Residência de Estudantes ter passado para a alçada da Câmara Municipal, o que constitui uma boa notícia, uma vez que já o ambicionavam há muito tempo. Neste seguimento, considerando que Costa Cabral, 1.º Marquês de Tomar, residiu naquele edifício e, considerando que este ano, mais concretamente a oito de maio se celebra o ducentésimo vigésimo aniversário do seu nascimento, solicitou à Câmara Municipal para não deixar cair no esquecimento esta figura histórica do concelho. Prosseguiu, referindo que a Residência de Estudantes tem servido para o acolhimento de Timorenses e refugiados e, nessa medida, deixou uma palavra de apreço à Senhora Vereadora Luísa Gomes pelo trabalho desempenhado quer no seu acompanhamento, quer na sua integração no mercado de trabalho, congratulando-se por haver alguém na área social que se preocupa em bem receber e proporcionar a todos melhor qualidade de vida. -----

Reportando-se à fatalidade ocorrida na Síria, salientou o papel de Portugal na solidariedade e disponibilidade para ajudar as vítimas do terramoto e para responder à crise humanitária, destacando a participação de um bombeiro voluntário de Fornos de Algodres nessa ajuda e nas buscas, acrescentando que a Câmara Municipal e os fornenses devem sentir-se orgulhosos e agradecidos. -----

A terminar referiu que ao lerem a Palavra do Presidente, constatarão que a aposta no ambiente, tão criticada no passado, é concretizada e concretizável, na medida em que Fornos de Algodres é uma referência a nível nacional nesta área. -----

Em resposta às questões colocadas, o Senhor Presidente começou por agradecer os contributos do membro Marco Santos na área da proteção civil, esclarecendo que os valores e as atividades correspondentes foram definidos no Orçamento e Plano de Atividades para o ano de 2023. Mais disse que a unidade orgânica da proteção

civil é composta pelo Edgar Almeida, pela Engenheira Inês e pelo João Gomes, sempre em colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil e os Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres. Fez saber que na próxima semana realizar-se-á uma reunião com os Presidentes de Junta onde será detalhado pela GNR o seu plano de ação para os próximos meses, acrescentando que são realizadas, também, reuniões periódicas com os Bombeiros de Fornos de Algodres. -----

No que respeita ao Gabinete Técnico Florestal sublinhou que a Engenheira Inês tem feito um excelente trabalho junto dos apicultores e demais entidades, não se ficando apenas pela observação de jardins. -----

Relativamente à intervenção do membro Nélio Sequeira referiu que fizeram uma aposta nos apicultores uma vez que já têm um papel de relevância na economia do concelho e é importante que o Município também preste esse apoio, à semelhança do que foi feito com os ovinicultores. -----

Quanto à intervenção do membro Gonçalo Bento, o Senhor Presidente referiu que o Portugal 2020 acaba no final do ano e, se porventura houver algum overbooking, os serviços da Câmara Municipal poderão candidatar-se. Em relação às obras mencionadas, designadamente o Mercado Municipal e a Escola EB 1 de Figueiró da Granja, verificaram-se algumas dificuldades, todavia, os trabalhos foram retomados, esperando-se a sua conclusão até ao final do ano. Relativamente ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), o Senhor Presidente referiu que, no âmbito do 1º Direito, adquiriram os prédios inacabados do Bairro do Ténis, estando o projeto de reestruturação em fase de preparação. Ainda ao abrigo deste programa foi assinado um protocolo com o Ministério da Habitação, através do qual foi disponibilizada uma verba de cerca de sessenta milhões de euros para a Comunidade Intermunicipal e, se verificarem o quadro onde constam as verbas a receber por cada Município, constatarão que Fornos de Algodres irá receber mais do que, por exemplo, o Município da Guarda, porque tem a ver com o trabalho desenvolvido pelos técnicos e executivo da Câmara Municipal, querendo com isto dizer que estão sempre atentos a todos os avisos, não obstante não poderem ir muito além do orçamento da Câmara Municipal. -----

Relativamente à intervenção do membro Luís Ginja o Senhor Presidente informou que, depois de várias negociações com a Direção Geral do Tesouro, a Residência de Estudantes passou para a alçada da Câmara Municipal. Atualmente, o referido edifício tem servido de acolhimento aos timorenses e aos refugiados de Serra Leoa, fazendo com que Fornos de Algodres seja uma referência a nível nacional, na forma de acolher e bem receber. -----

Em relação ao aniversário de Costa Cabral afirmou desconhecer, contudo, disponibilizou-se para, no dia 8 de maio, recordar essa personalidade. -----

Quanto ao bombeiro que participou nas buscas das vítimas do terramoto na Síria, não conhece pessoalmente, no entanto, manifestou o seu contentamento e parabenizou-o pelo trabalho desenvolvido. -----

A concluir salientou que, em termos ambientais, Fornos de Algodres é uma referência no âmbito da Comunidade Intermunicipal, bastando, para isso, ler o relatório referente às percas de água. -----

Esgotadas as intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia passou à alínea b) da ordem do dia: "Apreciação e Votação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação". -----

Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente e atendendo ao facto do seu nome constar na Equipa Local para a Igualdade e Não Discriminação, a Senhora Presidente da Assembleia manifestou o interesse em prestar alguns esclarecimentos e elucidar aqueles ou aquelas que preceituaram a ilegalidade de integrar a equipa, fundamentando e passou a citar: *“Estranha-se e desconhecesse o suporte legal com que Raquel da Conceição Sequeira Batista - enfermeira da UCSP de Fornos de Algodres, faz parte da equipa projeto quanto à legalidade de tal facto, tenha a sua participação ocorrido pro-bono e/ou seja remunerada, dado que a mesma é a Presidente da AM do MFA, e desde a apresentação da sua candidatura a Presidente da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres em agosto de 2021 está subordinada à legislação específica quanto a impedimentos e incompatibilidades.”* -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal começou por fazer uma correção do tempo verbal utilizado, ou seja, não é *“desconhecesse”* (pretérito imperfeito do conjuntivo), mas sim *“desconhece-se”* (presente do indicativo) e não é *“equipa projeto”*, mas sim *“Equipa Local para a Igualdade”*. -----

Prosseguiu, dizendo: -----

*“Importa, portanto, clarificar alguns conceitos, cujo desconhecimento da lei, ou mera distração, suscitam dúvidas quanto à legalidade de integrar esta equipa. As incompatibilidades são um corolário do princípio constitucional da imparcialidade – art.º 266.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa – e significam a impossibilidade de acumular simultaneamente dois cargos ou funções por a lei a considerar em abstrato, independentemente da pessoa em concreto que os acumula, que essa acumulação é suscetível de pôr em causa a isenção e imparcialidade exigida ao cargo.* -----

Ademais, para se aferir se uma determinada atividade ou um certo cargo ou função é ou não incompatível com outra(o), é necessário verificar se existe previsão legal nesse sentido, ou seja, é necessário que essa incompatibilidade se encontre expressamente prevista na lei. -----

Ora, à luz deste conceito, não vislumbro a existência de um real ou potencial conflito de interesses, nem de qualquer incompatibilidade entre o exercício do Cargo de Presidente da Assembleia Municipal, tal como a lei prevê em regime de não permanência, e assim sendo, não considerado como exercício de atividade profissional, e o exercício de outras atividades, públicas ou privadas, in casu, integrar a Equipa Local para a Igualdade. -----

Mais, no Acórdão para uniformização de jurisprudência, do Supremo Tribunal Administrativo n.º 2/2020, publicado no DR n.º 46, I série de 5/3/2020, menciona-se – A situação de potencial conflito de interesses surgirá sempre que um eleito local tenha, direta ou indiretamente, um interesse financeiro, económico, ou outro interesse pessoal, suscetível de comprometer a sua imparcialidade no contexto da celebração de um contrato com a respetiva autarquia, de tal forma que não lhe poderá ser atribuído o estatuto de desinteressado. -----

Quanto ao fundamento *“desconhecesse qual o fundamento de carácter profissional que justifique e valide o recurso a uma enfermeira para a equipa projeto e qual o critério da sua seleção”*, referiu: -----

O Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação alicerçou-se nas assimetrias de género identificadas no Diagnóstico Municipal da Igualdade em vários domínios (Ação Social, Saúde, Educação, Cultura, Desporto e Juventude, Mobilidade e Transportes, Urbanismo, Habitação e Ambiente). -----

Uma vez que englobava o tema da Saúde, afirmou fazer todo o sentido ter aceitado o convite, na medida em que é enfermeira desde 2001 e conhece a realidade dos utentes e fragilidades em questões de género. -----

Como último fundamento apontado para a sua ilegalidade na integração da Equipa surge o facto e passou a citar:

*“Raquel Batista, como é do conhecimento público, “vive” com funcionário da CMFA.”* -----

A Senhora Presidente da Assembleia referiu que, em primeiro lugar, o termo utilizado pela Senhora Vereadora, ou seja, “vive”, é completamente depreciativo, vulgar, ignóbil e com forte dimensão pessoal no que refere à sua relação conjugal; em segundo lugar, o fundamento utilizado pela Senhora Vereadora é inteiramente descontextualizado, desenquadrado, irrelevante e sem qualquer justificativa cabal à ilegalidade apontada. -----

O Senhor Presidente referiu que este documento foi elaborado com a colaboração de vários advogados, a indicação dos nomes a constar na Equipa foi da sua exclusiva responsabilidade e, portanto, não se revê nas afirmações proferidas pela Senhora Vereadora do CDS relativamente à participação da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, sublinhando que essa é a postura habitual da Senhora Vereadora. Ainda relativamente a esta questão, fez uma distinção entre a postura adotada pela oposição do PSD, da postura adotada pela oposição do CDS e, ainda, entre o modo de atuação da Senhora Vereadora do PSD e da Senhora Vereadora do CDS, acrescentando que as passagens textuais lidas pela Senhora Presidente da Assembleia, são o reflexo do que se passa nas reuniões de Câmara. -----

No que respeita ao documento em concreto, o Senhor Presidente fez saber que teve o contributo de várias entidades, foi discutido, também, com os funcionários da Autarquia e, nessa medida, reafirmou achar estranha a atitude de uma Vereadora que diz querer o melhor para o concelho. -----

A concluir demonstrou a sua solidariedade para com a Senhora Presidente da Assembleia, agradecendo o seu contributo nesta matéria. -----

Interveio o membro da assembleia Luís Ginja referindo que ficou surpreendido com as afirmações da Senhora Vereadora do CDS, uma vez que a competência da Senhora Presidente da Assembleia como enfermeira é sobejamente conhecida. Mais disse que o documento é uma obrigação da Lei, o Senhor Presidente escolheu as melhores pessoas, lamentando que continuem a existir políticos no concelho de Fornos de Algodres que utilizam o bom nome das pessoas para ataques. Enquanto democrata e defensor de um Estado Social, deixou um voto de solidariedade à Senhora Presidente da Assembleia, em seu nome e em nome da bancada do PS. -----

Usou da palavra o membro da assembleia Cláudia Farias que, após cumprimentar os presentes, deixou, também, uma palavra de solidariedade à Senhora Presidente da Assembleia. Mais disse que defender Fornos é ir ao encontro do que a Lei demanda, ou seja, que os Municípios tenham a responsabilidade de integrar as perspetivas de género em todas as suas ações, nomeadamente através da implementação deste Plano, acrescentando que já tinha abordado esta questão em assembleias anteriores, dado tratar-se de um assunto muito importante. Mais disse que o Plano em questão para além do diagnóstico, apresenta, ainda, um plano de ação para uma maior igualdade de género, designadamente uma promoção da participação dos homens. -----

Seguiu-se o membro da assembleia Gonçalo Bento referindo-se ao cronograma do Plano, na medida em que se reporta a finais do ano de 2022 e vai para além desta legislatura, querendo com isto dizer que há cargos políticos



que cessam antes do Plano terminar. Relativamente ao Plano em concreto, pretendeu saber que valores estão envolvidos nesta candidatura e para quem vão reverter, ou seja, para o Município ou também para as restantes entidades colaborantes. -----

Solicitou o uso da palavra o membro da assembleia Marcos Paulo para registar com agrado as palavras do Senhor Presidente da Câmara relativamente ao modo de atuação da oposição do PSD, acrescentando que, até final do mandato, a bancada do PSD irá honrar o compromisso estabelecido com os fornenses, ou seja, candidatou-se mediante uma coligação e todos os simpatizantes de ambos os partidos se poderão rever nessa coligação. O mesmo não aconteceu relativamente à Câmara Municipal, mas quanto a isso não lhe cumpre tecer comentários, registando apenas com agrado, que o Senhor Presidente tenha essa visão e interpretação. -----

A concluir afirmou não se rever em ataques pessoais a quem desempenha um cargo público. -----

Em resposta ao membro Gonçalo Bento o Senhor Presidente da Câmara informou que o valor da candidatura são vinte e nove mil euros e há já ações concluídas. -----

Esgotadas as intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a alínea b) da ordem do dia: "Apreciação e Votação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação", tendo sido a mesma aprovada por maioria com oito abstenções da coligação PSD/CDS Todos por Fornos, Fornos para Todos e Presidentes de Junta da Matança e Queiriz. -----

Passou-se de imediato à alínea c) da Ordem do Dia: "Apreciação e Votação da Proposta do Presidente da Câmara Municipal para a Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia do concelho de Fornos de Algodres. -----

O Senhor Presidente começou por referir que, não obstante o esforço do Município, as Juntas de freguesia vão receber um reforço das verbas em 2023, 2024 e 2025. Relativamente ao valor fez saber que foi calculado tendo por base as competências transferidas e o custo inerente à contratação de um funcionário para a realização das mesmas. Adiantou, ainda, que reuniram com os Presidentes de Junta no sentido de apresentarem o documento e prestarem todos os esclarecimentos, não tendo havido, da parte destes, objeções a registar, acrescentando que o valor será transversal a todas as Juntas de Freguesia, verificando-se um aumento substancial para todas elas. De dizer que em 2013 e, pela primeira vez, a Câmara Municipal fez acordos de competências com as Juntas de Freguesia, porque até essa data, isso não se verificava. -----

Interveio acerca deste ponto o membro Marcos Paulo referindo que vê com agrado o aumento das verbas a atribuir às Juntas de Freguesia, na medida em que tem sido uma das preocupações da bancada do PSD, por considerarem que os valores anteriores não eram suficientes para executar os trabalhos. Mais disse que até 2013 não havia este procedimento, todavia, os trabalhos e obras estruturais eram realizados. Entende que os Presidentes de Junta tenham aceiteado estes valores na medida em que triplicaram, contudo, considera que este processo deveria ter sido mais transparente e menos aliciante. Referiu, também, que o Município irá dispor de cento e oitenta e seis mil euros e, assim sendo, pretendeu saber se este valor é atribuído pela Administração Central ou pelo Município, se sai de receitas próprias, se o Município recebe mais e só atribui este e se estes pagamentos não deveriam ser efetuados diretamente pela Administração Central às freguesias. Ao que sabe, os Presidentes de Junta têm a obrigatoriedade de apresentar um relatório, questionando o Senhor Presidente caso



haja incumprimento na apresentação desse relatório se é pedida a devolução do dinheiro às Juntas. A concluir afirmou que o facto de o valor ser transversal a todas as Juntas não é o procedimento mais correto, porque as freguesias têm dimensões e densidade populacional diferentes e, uma vez que não cumpre o princípio da equidade, é incompatível com o que diz a Lei. Acresce o facto de o FEF ter em conta a universalidade e a equidade na atribuição das verbas. -----

Interveio o membro da assembleia e Presidente da União de Freguesias de Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro, Augusto Morais, referindo que não o move qualquer sentimento de inveja relativamente aos colegas Presidentes de Junta, enalteceu o esforço do Executivo no reforço das verbas, todavia, considera que faria mais sentido haver uma discriminação positiva, na medida em que, cada freguesia tem a sua realidade e a sua especificidade, devendo, nessa medida, terem sido levadas em conta outras variáveis. A concluir lançou o repto ao Senhor Presidente para que, futuramente, esta situação fosse corrigida e/ou revista através de uma avaliação feita no final do ano. -----

Interveio o membro da assembleia e Presidente de Junta de Freguesia da Muxagata para elogiar o Executivo pelo aumento dos valores a atribuir, considera que, de facto, é um grande esforço, e daí ter ficado surpreendido pelo facto de não ter sido votado por unanimidade em reunião de câmara. -----

Usou da palavra o membro da assembleia Marco Santos referindo que, efetivamente o aumento das verbas a atribuir às Juntas de Freguesia é de louvar, no entanto, deveria ter sido considerado um critério após a atribuição das mesmas, ou seja, haver uma diferenciação consoante a realidade de cada Junta de Freguesia. -----

Seguiu-se o membro da assembleia Cristina Baltazar que, após cumprimentar os presentes, referiu que algumas questões que iria colocar já foram respondidas, todavia, gostaria de conhecer a posição dos restantes Presidentes de Junta, porque a seguir irão exercer o direito de voto e deverão fazê-lo de acordo com as suas pretensões e de forma sensata. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o Acordo de Delegação de Competências foi discutido com todos os Presidentes de Junta, houve algumas questões por parte de alguns deles, contudo, na generalidade, todos concordaram com o documento, caso contrário não teria sido apresentado em reunião de Câmara e reunião de Assembleia. Mais disse que não há processo mais transparente do que este, uma vez que, antes de ser submetido à aprovação do Órgão Executivo e do Órgão Deliberativo, foi discutido com todos os Presidentes de Junta. Quanto aos valores referiu que saem do orçamento da Câmara Municipal, não havendo nenhuma verba acrescida da DGAL para esse efeito. Relativamente à questão da distribuição dos valores tendo em conta a feituração, afirmou que tem sido discutida no âmbito da Comunidade Intermunicipal porque se fosse adotado esse critério, Fornos de Algodres receberia menos 50% do valor. -----

Relativamente ao repto lançado pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro, referiu que no final do ano será feita a avaliação deste processo de modo a verificar o que correu bem e menos bem. -----

Solicitou a palavra o membro da assembleia Marcos Paulo afirmando que ficou com a percepção de que esta delegação não seria anual, tendo o Senhor Presidente esclarecido que qualquer deliberação, seja ela do Executivo seja do Órgão Deliberativo, poderá ser revogada, caso assim o entendam. -----

A Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação a alínea c) "Apreciação e Votação da Proposta do Presidente da Câmara Municipal para a Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia do concelho de Fornos de Algodres", tendo sido a mesma aprovada por maioria com seis votos contra dos membros Cristina Baltazar, Marco Santos, Rui Furtado, Catarina Tomás, Marcos Paulo e Gonçalo Bento. -----

Passou-se de imediato à alínea d) da ordem do dia: "Declaração de Compromissos Plurianuais e Pagamentos em Atraso para conhecimento." -----

O Senhor Presidente fez uma explanação do assunto em referência, salientando que constam do documento os valores para os anos de 2023, 2024, 2025, 2026 e seguintes e a listagem correspondente. Passou a explicar que o maior peso diz respeito à mobilização de capital relativamente ao empréstimo do FAM e respetivos juros e, assim sendo, a quantia de um milhão e trezentos e vinte está já comprometida para o próximo ano. -----

Dado que sobre esta matéria não é exigida qualquer votação, a Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----  
Passou-se de seguida à alínea e) "Listagem das Subvenções Públicas existentes a 31 de dezembro de 2022 para conhecimento". -----

O Senhor Presidente começou por escalpelizar cada uma das subvenções, esclarecendo que a verba a atribuir à Associação de Promoção Social, Recreativa, Desportiva e Humanitária de Maceira - € 12.044,59 se deve a um projeto que o referido organismo pretende manter. As verbas concedidas à Associação Desportiva de Fornos de Algodres destinam-se ao projeto com as camadas mais jovens e, ainda, ao abrigo do protocolo aprovado em reunião de câmara por maioria com o voto contra da Senhora Vereadora do CDS. A verba destinada à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres no valor de € 48.498,27 destina-se ao pagamento das EIP'S. Relativamente à segunda verba a atribuir à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres no valor de € 30.000,00, esta diz respeito ao subsídio aprovado em reunião de câmara, para aquisição de um carro em substituição do que ardeu. No que concerne à verba a atribuir à Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela no valor de € 44.512,79, a mesma serve para pagar projetos transversais a todos os municípios que a compõem, realçando a equipa de sapadores e o teatro da cultura em rede. Quanto ao valor a atribuir à ALBI Asta - Associação de Teatro e outras artes do Distrito de Castelo Branco no valor de € 18.605,99 refere-se ao projeto de música desenvolvido no âmbito da cultura em rede. A finalizar referiu que o valor de € 15.100,00 foi pago à Associação Geopark Estrela em 2022, aproveitando para assinalar que o processo não está a decorrer dentro da normalidade, havendo necessidade de intervenção dos Municípios que fazem parte e, também, das Assembleias Municipais, na medida em que vai ser feita uma reavaliação da UNESCO a este processo. -----

Solicitou a palavra o membro da assembleia Marcos Paulo para questionar o ponto de situação da exploração de lítio, acrescentando que, relativamente à questão do Geopark afirmou ser importante continuar a lutar para que essa diferenciação seja mantida por parte da UNESCO. -----

O Senhor Presidente reafirmou que a questão do Geopark tem de ser discutida por todos os Municípios e fazer uma avaliação, na medida em que é muito importante para o Município de Fornos de Algodres, até porque a área potencialmente viável para exploração de lítio, diminuiu consideravelmente. Atualmente e, devido à mudança de Ministério, o processo está parado, ou seja, ainda não há licença para a prospeção. -----

Dado que sobre esta matéria não é exigida qualquer votação, a Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----  
Passou-se de seguida à alínea f) da ordem do dia: "Apreciação e Votação da Proposta de Nomeação de Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, S.A. como Auditor Externo do Município de Fornos de Algodres, de acordo com o N.º 1 do artigo N.º 77 da Lei N.º 73/2013 de 3 de setembro". -----

O Senhor Presidente começou por fazer uma explanação do assunto em referência, todavia, os trabalhos foram interrompidos pela Senhora Presidente da Assembleia, após funcionários da Rádio Imagem terem invadido o plenário, para se manifestarem contra as afirmações ali proferidas pelo membro da assembleia Luís Miguel Ginja, tendo sido de imediato chamada ao local a GNR de Fornos de Algodres. -----

Retomados os trabalhos e enquanto se aguardava a presença da GNR a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, tendo este afirmado tratar-se de um ajuste direto, tendo sido cumpridos todos os formalismos legais. -----

Interveio o membro da assembleia Rui Furtado para referir que não estão reunidas as condições para discutir e votar este ponto, dado não conhecerem o teor do contrato, uma vez que não lhes foi remetido. Mais disse não compreender a razão de haver apenas um prestador de serviços nesta área, não tendo sido equacionada a possibilidade de contratar outros e pedir orçamentos e, para além disso, verificou que o gestor deste processo é o Chefe de Divisão de Administração Central, Dr. Américo Domingues e, assim sendo, fiscaliza o fiscalizador, questionando se não haverá, deste modo, incompatibilidades. Acrescentou que esta situação é recorrente, já que, em tempos, o Senhor Presidente se desculpou por esta nomeação em Assembleia Municipal e, posto isto, solicitou a retirada deste ponto. -----

O membro da assembleia Marcos Paulo referiu que a Assembleia Municipal tem a responsabilidade de nomeação do Revisor Oficial de Contas, acrescentando que devem nomear um revisor e não uma sociedade de revisores, na medida em que há situações que podem gerar incompatibilidades, ou seja, na sociedade de revisores, o que fica afeto à Câmara Municipal não pode ser o que está afeto às Terras Serranas, onde o Município detém uma percentagem e, nessa medida, é necessário saber se essas situações foram ou não pensadas. Mais disse que souberam que era por ajuste direto no momento, uma vez que não tiveram acesso ao contrato. Prosseguiu, referindo que foi levantada pelo seu colega de bancada uma questão muito importante, nomeadamente o facto de o Chefe de Divisão ser o gestor do contrato e, posto isto, fiscaliza o fiscalizador. A concluir afirmou que o processo foi realizado ao contrário, ou seja, a nomeação deve partir do Órgão Deliberativo e só depois vai ao Órgão Executivo, todavia, e uma vez que a bancada do PSD não pretende criar nenhum entrave a esta nomeação, caso o Senhor Presidente dê uma explicação e assuma a responsabilidade, estarão na disposição de votar este ponto. -----

Verificando-se a chegada da GNR ao local, a Senhora Presidente da Assembleia declarou uma interrupção dos trabalhos para prestar declarações relativamente à invasão do plenário. -----

Por volta das 17 horas e 18 minutos, a Senhora Presidente da Assembleia retomou os trabalhos. -----

Em resposta às questões colocadas, o Senhor Presidente esclareceu que todos os procedimentos legais foram acautelados, nomeadamente a publicação na plataforma Base.Gov, apesar de se tratar de um ajuste direto. Em relação às incompatibilidades afirmou ser uma questão que já havia sido colocada, contudo, após solicitado parecer à DGAL, chegaram ao entendimento de que apesar de se tratar de uma sociedade, cada revisor é responsável única e exclusivamente pela entidade à qual está afeto. A concluir e, assumindo inteira responsabilidade pelo sucedido, informou que se encontra em falta um documento que poderá ser facultado caso assim o pretendam, deixando à consideração de todos a votação deste ponto nos moldes em que foi apresentado, na medida em que o prazo para a nomeação do revisor oficial de contas termina hoje, dia 28 de fevereiro. -----

Interveio o membro da assembleia Marcos Paulo referindo que, atendendo às explicações dadas pelo Senhor Presidente e considerando que assumiu a responsabilidade, irão colaborar e votar, não sem antes alertar para os riscos de deixar as coisas para a última hora e reforçando a ideia de que a Assembleia Municipal tem agenda própria. A concluir salientou que, cientes de que o seu voto não porá em causa a aprovação do documento, irão votar contra de vencido. -----

A Senhora Presidente da Assembleia submeteu o assunto à votação, tendo sido o mesmo aprovado por maioria, com os votos contra da bancada da coligação PSD/CDS Todos por Fornos, Fornos para Todos, conforme declaração de voto de vencido apresentada e Presidentes de Junta de Matança e Queiriz. -----

Passou-se à alínea g) "Apreciação e votação da Proposta da Norma de Controlo Interno do Município de Fornos de Algodres". -----

O Senhor Presidente referiu que esta é uma das exigências resultante da auditoria da Inspeção Geral de Finanças, salientando que o presente documento foi elaborado pelos serviços da Câmara Municipal e estabelece um conjunto de regras e obrigações, métodos e procedimentos a seguir, quer por políticos, quer por funcionários da Autarquia. -----

Interveio acerca deste ponto o membro da assembleia Gonçalo Bento referindo que, sabendo à partida que o documento foi apresentado em reunião de câmara com gralhas, não obstante nada terem contra o facto de se basearem em modelos de outras câmaras, consideram que seria importante adaptar esses critérios à realidade do nosso concelho. Prosseguiu, congratulando-se com o estipulado no Artigo 16.º, alínea f) – "*A proposta de Orçamento da Receita e da Despesa e das Grandes Opções do Plano deverá ser deliberada pela Câmara Municipal até ao dia 30 de outubro e entregue à Assembleia Municipal até ao dia 31 de outubro*", uma vez que vai ao encontro do que têm vindo a afirmar relativamente à questão dos timings. Ainda em relação a este documento e, na medida em que estão a proceder à sua atualização, afirmou não haver necessidade de mencionar nos recibos de vencimentos, a conversão dos euros em escudos. -----

Submetido este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com seis abstenções da Bancada do PSD.



Passou-se de seguida à alínea h) “Proposta de Adesão da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres à ANAM (Associação Nacional de Assembleias Municipais)”. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal fez saber que os grandes objetivos deste organismo são a regularização do papel das Assembleias Municipais na organização prática dos Municípios e a salvaguarda do papel da Assembleia Municipal enquanto “Casa da Democracia”, acrescentando o facto de a Assembleia de Fornos de Algodres ser a única do distrito a não fazer parte da ANAM. -----

Acerca deste assunto interveio o membro da assembleia Marcos Paulo referindo que a bancada do PSD votará favoravelmente esta proposta, até porque já tinham conhecimento desta Associação, fazendo votos para que esta adesão contribua para melhorar o funcionamento da Assembleia Municipal. -----

Na sequência da proposta apresentada pela Senhora Presidente da Assembleia visando a adesão da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres à ANAM (Associação Nacional de Assembleias Municipais), foram presentes à sessão os Estatutos do referido organismo, os quais aqui se dão como transcritos e se consideram como parte integrante desta ata. Após a análise dos mesmos e obtida a concordância de todos os membros, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar os referidos estatutos, bem como a respetiva adesão. -----

Passou-se de imediato à alínea i) “Eleição de um cidadão eleitor para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Fornos de Algodres”. -----

A Senhora Presidente da Assembleia esclareceu que integram a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, quatro cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal. Até final de dezembro de 2022, integravam a CPCJ de Fornos de Algodres, quatro cidadãos eleitores, contudo, terminou o mandato de nove anos de uma das comissárias e, assim sendo, é necessário designar outro cidadão para integrar a comissão. -----

Interveio o membro da assembleia Luís Ginja sugerindo que faz todo o sentido que seja a Bancada do PSD a indicar uma pessoa para integrar a referida comissão. -----

Seguiu-se o membro Marcos Paulo para referir que na convocatória não é especificado se esta eleição é para a comissão restrita ou alargada e, deste modo, não se encontram em condições de indicar uma pessoa. -----

Depois de uma breve discussão, ficou decidido que este ponto constaria na convocatória da próxima Assembleia Municipal. -----

Passou-se à alínea j) “Apresentação do Relatório da Avaliação das Atividades de 2022 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Fornos de Algodres, para conhecimento”, tendo a Senhora Presidente da Assembleia esclarecido que, ao abrigo dos artigos 18.º e 22.º, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens terão de comunicar à Assembleia Municipal, ao Ministério Público e Comissão Nacional, o relatório de atividades desenvolvidas em 2022. Deste modo, o membro da assembleia Andreia Ventura fez uma explanação do assunto em questão, através da visualização de slides. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que as alíneas k) “Proposta de Alteração ao Regulamento de Taxas do Município de Fornos de Algodres” e l) “Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal para a Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior”, serão retiradas da Ordem de

Trabalhos, considerando que estiveram em consulta pública até ao dia 25 de fevereiro e dessa consulta resultou uma participação, tendo obtido a unanimidade dos presentes. -----

**3 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a aprovação em minuta das deliberações tomadas, tendo obtido a unanimidade dos presentes; depois de lida, a referida minuta foi aprovada por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. ----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente Rogério C. Soares Batista

O Primeiro Secretário [Assinatura]

O Segundo Secretário [Assinatura]